

O discurso do ex-presidente do Brasil, Bolsonaro, em conflito com a concepção de Estado laico

The discourse of the ex-president of Brazil, Bolsonaro, in conflict with the concept of a secular State

HELENO, ALEX REZENDE
alexrezendeh@yahoo.com.br

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professor no Instituto Federal de Roraima (IFRR)

PALAVRAS-CHAVE:

Estado laico;
Discurso político;
Governo Bolsonaro.

RESUMO: Este artigo pretende analisar enunciados políticos do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro que conflitam com a concepção de Estado laico. Do *slogan* da campanha à reprodução de versículo da bíblia, o ex-presidente tende a direcionar suas falas, de cunho religioso, para um público conservador e cristão e que contribuiu significativamente para sua vitória nas eleições de 2018. Tal discurso objetiva agradar essa parcela da sociedade, de modo a manter uma base política enquanto presidente e, em 2022, na condição de candidato à reeleição. Esta análise se apoia em formulações teóricas da Análise do Discurso, explorando as relações entre os estudos de Pêcheux (formações ideológicas), Foucault (relações de poder) e Orlandi, demonstrando as relações entre língua, sujeito e historicidade presentes no discurso. Percebe-se, desse modo, haver intenções discursivas nos enunciados do ex-presidente Bolsonaro, a partir de representações que este faz do receptor da mensagem.

KEY-WORDS:

Secular State;
Political discourse;
Bolsonaro government.

ABSTRACT: This article aims to analyze political statements in ex-president Jair Bolsonaro's discourse that conflict with the concept of a secular State. From the campaign slogan to the reproduction of a bible verse, the ex-president tends to direct his discourse, of a religious nature, to a conservative and Christian audience, which contributed significantly to his victory in the 2018 elections. This discourse aims to please this part of society, in order to maintain a political base as president and, in 2022, as a candidate for re-election. This analysis is based on theoretical formulations of Discourse Analysis, exploring the relations between the studies of Pêcheux (ideological formations), Foucault (power relations) and Orlandi, demonstrating the relations between language, subject and historicity present in the discourse. In this way, the ex-president's discursive intentions to maintain a portion of the electorate can be seen.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é oficialmente um Estado laico, ou seja, garante a liberdade religiosa e não adota religião oficial, não interferindo, portanto, em assuntos ligados à religiosidade. Isso significa que dogmas, crenças e doutrinas religiosas não devem determinar como o país é conduzido e administrado.

A Constituição Federal, no TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, afirma no artigo 19, inciso I: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.” (1988). Garante-se, desse modo, a separação entre Estado e Igreja e contribui para a compreensão de que a liberdade religiosa deve-se limitar à vida privada.

Contudo, desde o início de sua campanha eleitoral, o ex-presidente, Jair Bolsonaro, agiu para se aproximar do eleitor que se reconhece como cristão e conservador. As estratégias para aproximar-se desse público, bastante numeroso e decisivo para as eleições de 2018, e as tentativas de mantê-lo partidário ao governo, passam, sobretudo, por falas de conteúdo religioso produzidas, reproduzidas e intensamente disseminadas por meio das redes sociais. Nessa conjuntura, as falas do ex-presidente têm tensionado a relação entre a laicidade do Estado e a religiosidade.

O *slogan* da campanha do candidato Bolsonaro no período da campanha eleitoral de 2018 “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!” é um exemplo dessa construção ideológica que visa aproximar o governo dessa parte da população de ideologia também cristã. No *slogan*,

podemos perceber conflitos com a concepção de um Estado laico, indo de encontro ao que está posto pela Constituição Federal. Ao utilizar o termo “Deus”, associado, sobretudo, ao cristianismo, já se percebe o viés ideológico do governo, cujo enunciado exclui as pessoas que possuem diferentes religiosidades ou diferentes crenças ou até mesmo as pessoas que não têm uma crença ou religião.

Somado ao *slogan* do governo, temos uma contínua utilização das palavras Deus, Pátria e Família durante as falas do ex-presidente Bolsonaro, que, em geral, estão associadas a enunciados que apontam para inimigos que podem prejudicar esses posicionamentos ligados à religião, ao país ou a família. Para caracterizar esse inimigo, diferentes *fake news* foram veiculadas. Um exemplo, que se disseminou largamente na sociedade, e que demonstra atitude pré-concebida e preconceituosa, foi o chamado “kit gay” que estaria presente nas escolas “desvirtuando” (inclusive no sentido religioso) os alunos, e que se trataria de uma política dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se, além disso, de um uso deliberado da mentira para enganar as pessoas e induzi-las a um posicionamento equivocado, como bem atesta Patrick Charaudeau (2017), que denomina tal ação de “mentir verdadeiro”, ou seja, dizer o oposto do que as coisas realmente são por motivos de conveniência ou status, e que são pronunciados como se fossem verdadeiros.

Portanto, dentro desse contexto que acredita haver ameaças à religião cristã, ao país e à família, o ex-presidente costuma repetir o seguinte versículo da Bíblia - João 8:32: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, colocando-se ao lado dessa “verdade” e buscando uma identificação junto aos eleitores cristãos. Junto à construção dessa verdade, o ex-presidente tem nomeado insistentemente alguns “inimigos” de seu governo, dentre eles: a esquerda (ora associada diretamente ao PT, ora ao comunismo), a mídia jornalística, o STF, as minorias

(LGBTQIA+, mulheres, indígenas, negros, movimentos sociais, ONGs) e, por fim, mas também em consequência desse contexto que desrespeita e deslegitima uma parcela da sociedade, Bolsonaro elegeu como inimigo a própria democracia, ao incitar a violência, o armamentismo e o uso das Forças Armadas como indicativo de ameaça à estabilidade e ao funcionamento das instituições brasileiras.

Nesse cenário político e discursivo, destaca-se um outro enunciado, pronunciado pelo ex-presidente em um de seus acessos de fúria, para que se perceba essa relação de suposto combate entre o governo e os inimigos elencados pelo ex-presidente Bolsonaro, que afirma representar a religiosidade cristã, o patriotismo e os valores da família tradicional: ‘Cala a boca, vocês são uns canalhas. Vocês fazem um jornalismo canalha que não ajuda em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira. Vocês não prestam’¹. Nota-se, mais uma vez, um contraponto à laicidade do Estado, quando Bolsonaro dá a entender que o Brasil possui uma única religião – “religião brasileira”.

Outro episódio bastante veiculado pela mídia e pronunciado por Bolsonaro, foi a promessa de indicar um ministro ‘terrivelmente evangélico’² para o STF, fato que já se confirmou com a nomeação de André Mendonça para a Suprema Corte. Nota-se, portanto, através desses exemplos, como o governo agia para manter o apoio dessa base eleitoral por meio do viés religioso.

Dentro desse contexto de enunciados que apontam para a tensão entre o laico e o religioso no discurso de Bolsonaro, e para dar sequência a este estudo, destaca-se como material de análise o texto escrito pelo ex-presidente Bolsonaro, no dia 16 de setembro de 2020, em sua rede social *Twitter*³, conforme figura 1:

1. Enunciado retirado do Blog da fé (Carta Capital) e que faz parte de uma discussão de Magali Cunha acerca do tema “Não existe só uma religião brasileira, presidente”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/nao-existe-so-uma-religiao-brasileira-bolsonaro/>>. Acesso em 15 fev.
2. Conferir a matéria sobre essa fala em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>>. Acesso em 15 fev. 2022.
3. Conferir em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>> Acesso em 26 jun. 2022.



Figura 1 - Publicação do ex-presidente

Fonte - <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>.

A análise tem, portanto, como objetivo, demonstrar como esse texto coloca em questão: 1) a contradição na constituição da posição-sujeito presidente Bolsonaro pela identificação entre governo e religião – Estado laico x governo religioso e 2) o efeito argumentativo ou estratégico dessa contradição tendo em vista a projeção de um interlocutor identificado com valores religiosos e desconhecedor do sentido de laicidade do Estado.

2. SITUANDO A ANÁLISE

Alguns termos necessitam de uma definição para poderem embasar este trabalho. Começamos pelas noções de formação discursiva e formação ideológica em Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (1975). Os autores definem as formações discursivas como componentes das formações ideológicas, tendo em vista que a ideologia tem sua manifestação concreta no discurso. Em outras palavras, pode-se entender que as formações discursivas materializam o ideológico presente nas formações sociais, nas relações do homem com o mundo. (Cf. Pêcheux, Fuchs, 1975).

Nessa mesma linha de estudos, Michel Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, afirma o caráter constitutivo das relações entre prática social, sujeito e ideologia nas seguintes proposições: 1) “Só há prática através de e sob uma ideologia” 2) “Só há ideologia pelo sujeito e para sujei-

tos” (Pêcheux, 1995, p. 149). Explicita também o caráter ideológico de toda prática enquanto relação entre formação social, Aparelho Ideológico de Estado (Aie), formações ideológicas e ideologias particulares (Cf. Pêcheux, 1995). Ou seja, entende-se o sujeito como categoria constitutiva da ideologia: a ideologia só existe por e para sujeitos.

Em relação a interpelação do indivíduo e sua identificação a uma formação discursiva que o constitui como sujeito, os estudos de Pêcheux apontam que:

[...] a interpelação do indivíduo como sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na que ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla [...], enquanto ‘pré-construído’ e ‘processo de sustentação’), que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (Pêcheux, 1995, p. 163. Grifos do autor.)

Desse modo, é necessário, também, definir a forma-sujeito:

(1) trata-se da estrutura discursiva que, vinculada à formação discursiva, impõe e dissimula o assujeitamento dos sujeitos sob a aparência de autonomia;

(2) é, além disso, a instância discursiva que define o modo pelo qual “o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a FD [Formação Discursiva] que o constitui”, absorvendo e esquecendo o interdiscurso no intradiscurso [...]. (Pêcheux, 1995, p. 167). Portanto, é forma de sujeito pela qual se realiza a “incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito”, um dos fundamentos da sua “identidade presente-passada-futura.” (Pêcheux, 1995, p. 167).

(3) Não se trata, pois, do sujeito empírico, subjetivo, racional, consciente, mas da forma ideológico-discursiva de sujeito articulada às formações discursivas, pela qual o sujeito

falante se constitui como sujeito de “seu” discurso. Para ser sujeito de um discurso, o sujeito falante se reveste de uma forma-sujeito, vinculada a uma formação discursiva.

Também, sobre a forma-sujeito do discurso, Pêcheux aponta para duas questões centrais: a) a tese do caráter material do sentido e seu mascaramento pela evidência ideológica, sob a “transparência da linguagem”; b) a teoria da constituição do sujeito como processo ideológico contraditório: interpelação-identificação.

Acerca das formações discursivas, Pêcheux escreve: “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (Pêcheux, 1995, p. 160). Ou seja, o sentido depende das formações ideológicas materializadas nas formações discursivas em jogo numa dada conjuntura.

Em relação ao sentido, Pêcheux aponta para o fato de que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (Pêcheux, 1995, p. 160).

Em relação a essa materialidade do discurso e do sentido, Pêcheux diz “que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que lhes são correspondentes.”. Desse modo, “o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos [...] se realiza através do complexo das formações ideológicas [...] e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas – experimentadas (Pêcheux, 1995, p. 161-162).

Assim, o processo de interpelação-identificação se relaciona ao “processo do significante” do inconsciente (Lacan): “o sujeito como processo (de representação) anterior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes”, “o sujeito é ‘preso’ nessa rede”, resultando dela como se fosse causa de si” (Pêcheux, 1995, p. 156-157. Grifos do autor.). Desse modo, a contradição entre interpelação e identificação, que produz o sujeito como causa de si (embora este seja efeito ou resultado), é o motor do processo significante. Esse motor não está numa ideologia nem num sujeito isoladamente, mas na contradição da interpelação.

Esse processo contraditório, no entanto, é apagado no/para o sujeito, na medida em que os sujeitos falantes “*recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem e escrevem”, colocando-se na origem do que dizem (Pêcheux, 1995, p. 157-158).

Notamos, por conseguinte, que o caráter próprio da ideologia é dissimular sua existência no seu próprio funcionamento: todos os indivíduos são interpelados ideologicamente a ocupar “seus” lugares de acordo com as formações ideológicas numa conjuntura dada, reconhecendo-se nesses lugares (identificação), mas desconhecendo o processo pelo qual isto acontece (interpelação).

A partir dos apontamentos realizados acima, acerca dos estudos de Pêcheux, entende-se o discurso como efeito de sentidos entre locutores, sendo constituído pela relação entre língua, sujeito e história. É dentro dessa relação que ocorre o processo de interpelação-identificação. Será observada, adiante, a existência de uma interpelação-identificação do sujeito – o ex-presidente – com o discurso religioso. Trata do modo como o sujeito enunciador – Bolsonaro – se constitui em sua posição-sujeito de presidente (naquele momento) mediante a interpelação-identificação com o discurso religioso e como essa identificação pode estar funcionando como

uma estratégia argumentativa mediante projeção de um lugar de eleitor religioso. Essa identificação, enquanto defensor da “família tradicional”, dos “valores cristãos”, fazem parte de seu discurso de modo a reproduzir essa ideologia e aproximar-se dessa parcela do público eleitor, na tentativa de torná-los defensores do governo e da própria pauta religiosa.

Os estudos de Michel Foucault acerca das relações de poder também fundamentarão esta análise, haja vista, tratar-se do discurso do ex-presidente Bolsonaro dentro de um contexto de divisão social. Para Foucault, o poder

[...] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. **Uma ação sobre ações.** (Foucault, 1995, p. 243. Destaque meu.)

Foucault entende, desse modo, tratar-se de uma ação sobre ações, colocando em jogo uma relação entre indivíduos sócio-historicamente situados.

Ainda em relação ao poder, Foucault (1995, p. 244) escreve que “O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade.” O autor segue apontando para o fato de que “O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo.’” Com relação ao termo “governo”, Foucault se expressa do seguinte modo:

Devemos deixar para este termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI. Ele não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos

outros indivíduos. **Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.** (Foucault, 1995, p. 244. Destaques meu.)

Esta definição de poder relacionada ao ato de governar está presente nos discursos de Bolsonaro, que produz enunciados para embasar a ação do outro, para dar-lhe “argumentos” na defesa de sua liberdade de expressão, que muitas vezes reproduz os ataques realizados pelo ex-presidente aos adversários políticos, à mídia, ao STF e a tantos outros adversários já apontados no discurso do ex-presidente.

3. ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Os enunciados proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro tendem a dividir a sociedade em dois grupos. Os que defendem a religiosidade cristã, o patriotismo e a família tradicional e os “inimigos” desses defensores. Portanto, para se colocar ao lado daqueles, em muitos de seus pronunciamentos, Bolsonaro se utiliza “[...] de temas do cotidiano, polêmicos e submetidos a crivos morais quase sempre atrelados a dogmas religiosos específicos (aborto, porte de armas, maioria penal, corrupção, homossexualidade).” (Curcino, 2021, p. 112). Esses temas induzem a uma separação entre os partidários da ideologia cristã e conservadora e os “inimigos” dessa ideologia e, portanto, “inimigos” do governo, alimentando-se a perspectiva de uma sociedade dividida.

O enunciado a ser analisado foi escrito pelo ex-presidente, em sua rede social *Twitter*⁴, no dia 16 de setembro de 2020, conforme figura 1 reproduzida abaixo:

4. Conferir em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>. Acesso em 26 jun. 2022.

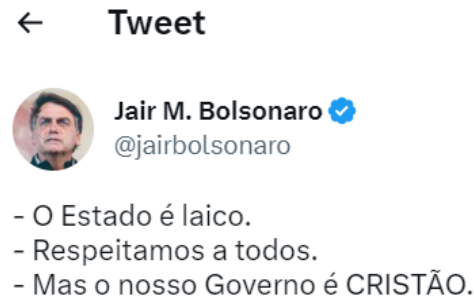


Figura 1 - Publicação do ex-presidente

Fonte - <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>.

O enunciado, acima, vem acompanhado de um vídeo, também sob o viés ideológico, com clara finalidade de se aproximar do eleitor que se considera cristão. No vídeo, pode-se ler algumas legendas exibidas na tela, acompanhadas de uma música emotiva de fundo. A primeira legenda diz “Esse é um governo Cristão”, nesse momento do vídeo, exibe-se a imagem de algumas pessoas – ligadas ao governo – de pé, em um momento de oração. Enquanto o vídeo segue, continuamos ouvindo o orador; exibe-se, enquanto o vídeo transcorre, as demais legendas. A segunda diz: “Esse é um governo que ora pela sua nação”; mais a frente lemos a terceira legenda: “Esse é um governo que ora pelo seu povo”; na quarta legenda, pode-se ler: “Esse é o governo de Jair Bolsonaro”; o vídeo se encerra com a quinta e última legenda que retoma o *slogan* da campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. ”

O vídeo se utiliza de uma linguagem apelativa e evidencia a ideologia do governo numa constante tentativa de manter esse eleitorado, de ideologia cristã, apoiando-o como, então, presidente. Os destaques nas palavras “Cristão”, “ora”, “Jair Bolsonaro”, “Brasil” e “Deus”, nas legendas do vídeo fazem parte de uma ideologia que se quer reforçar. Os destaques objetivam aproximar Jair Bolsonaro das demais palavras que foram destacadas, colocando-o como cristão, como aquele que ora pelo povo e pela nação, que governa em prol do Brasil, um Brasil temente a Deus, que está sob esse Deus cristão.

Embora o vídeo esteja associado ao que foi escrito pelo ex-presidente Bolsonaro, no *Twitter*, e crie esse contexto apelativo, quanto à religiosidade do governo, e reafirmando a ideologia cristã, esse trabalho se dedicará à análise apenas do enunciado: “- O Estado é laico. / - Respeitamos a todos. / - Mas o nosso Governo é CRISTÃO.” Trata-se de uma delimitação do objeto de análise, tendo em vista que tal enunciado concentra a perspectiva analisada nesse trabalho: discurso do ex-presidente x laicidade do Estado.

Notamos, de início, a presença de três orações que, embora separadas por ponto final, estão interligadas. Na primeira oração lemos a confirmação da laicidade do Estado; na segunda, a afirmação de que se respeita a todos (sem deixar claro se esse respeito faz referência às demais religiões e crenças e ao ateísmo) e na terceira oração, a afirmação de que o governo é cristão – essa última ligada às demais pelo uso da conjunção adversativa *mas*. Há, portanto, a relação entre duas orações coordenadas assindéticas e uma oração coordenada sindética; as primeiras estão numa relação de equivalência e a última numa relação de desigualdade ou contraposição em relação às anteriores. Essa construção dá ênfase à última oração, introduzida pela conjunção *mas*, ou seja, destaca-se a ideia de um governo que se opõe ao Estado laico.

Tomando a língua enquanto enunciação, ou seja, observando agora os aspectos linguísticos, interessa saber quem disse o enunciado e para quem o locutor o direciona, quando foi produzido e onde se deu esta produção. Como dito mais acima, esse enunciado foi retirado do *Twitter* do ex-presidente Jair Bolsonaro e, portanto, direcionado a todos os seguidores do ex-presidente na rede social em questão. Contudo, o texto dirige-se, mais particularmente, ao público cristão, como bem frisa o enunciado e o vídeo que o acompanha. O tuíte foi publicado no dia 16 de setembro de 2020. Este é, portanto, o contexto situacional em que o enunciado se inscreve.

Aponta-se, inicialmente, para o fato de que o sentido do primeiro enunciado “O Estado é laico”, tomado separadamente, constitui uma afirmação e uma aceitação desse princípio que está presente na Constituição. Na sequência, há um segundo enunciado, “Respeitamos a todos”, que aponta para uma ressalva com relação ao que será dito no enunciado seguinte, tornando tal enunciado aceitável, já que o ex-presidente disse respeitar a todos.

O terceiro enunciado, “Mas o nosso Governo é CRISTÃO”, liga-se às demais frases pelo operador argumentativo *mas* e inverte a direção do sentido, introduzindo uma contradição ao que foi dito anteriormente, tendo em vista que o governo é quem representa o Estado e, portanto, não haveria essa pretensa separação, como dá a entender o enunciado, ou seja, o governo é o representante do Estado, ambos deveriam seguir a Constituição e, por conseguinte, respeitar o princípio da laicidade. No entanto, a disposição dos enunciados parece apagar tal contradição, ou pelo menos, busca convencer o público/leitor acerca de sua possibilidade, de sua verdade. A ressalva feita no segundo enunciado é justamente para dissimular, conforme aponta Pêcheux, a contradição que se estabelece entre Estado e Governo, como se fossem representações separadas. Há, nesse sentido, uma descaracterização da laicidade do Estado ao se sustentar – em caixa alta – que o governo é cristão.

Já na concepção discursiva da língua, considera-se a historicidade dos sentidos produzidos - reproduzidos - por sujeitos ideologicamente constituídos. A sequência de frases será tomada como um enunciado dividido entre duas posições-sujeito, ideologicamente constituídas e inscritas em duas formações discursivas antagônicas e contraditórias, em que o último enunciado se contrapõe aos dois primeiros enunciados:

Posição-sujeito 1: “- O Estado é laico. / - Respeitamos a todos.”

Posição-sujeito 2: “- Mas o nosso Governo é CRISTÃO.”

O enunciado da posição-sujeito 1 remete a saberes de uma formação discursiva acerca da laicidade do Estado, sendo construído em torno de um saber que provém da própria Constituição, em cujo TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, traz em seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]. (Brasil, 1988)

Existe a garantia constitucional da inviolabilidade de consciência e crença, que deve ser confirmada pelo Estado, e para que haja essa garantia o Estado deve ser laico. Contudo, o ex-presidente Bolsonaro, em diversos momentos, tem questionado o STF e, indiretamente, a Constituição. Ou seja, o governo não se identifica com esse saber constitucional (posição-sujeito 1), embora, diga respeitá-lo. Essa não identificação se torna evidente com o enunciado seguinte (posição-sujeito 2), que remete a saberes de uma formação discursiva de negação quanto à laicidade do Estado e que produz um enunciado contraditório em relação ao enunciado anterior. O enunciado intermediário – “-Respeitamos a todos” – torna-se uma estratégia para confundir o leitor/ouvinte e dar um caráter de possibilidade e de verdade ao último enunciado, como se o fato de respeitar a todos possibilitasse e permitisse ao governo de um Estado laico

considerar-se cristão. O último enunciado é ideologicamente produzido e direcionado à esta base eleitoral, sobretudo, a de ideologia cristã. Tal discurso se insere nesse contexto de divisão alimentado pelas mídias e pelas redes sociais: o ex-presidente se coloca ao lado dos cristãos e contra a laicidade, como se esta concepção de Estado fosse negativa para a sociedade.

Portanto, acerca da relação língua/sujeito/ideologia/discurso, percebe-se que a língua é a base material, onde se realizam os efeitos de sentido resultantes dos processos ideológico-discursivos da interpelação-identificação; o discurso é a materialidade linguístico-ideológica; a constituição do sujeito e do sentido no/pelo discurso depende das condições ideológicas e discursivas de seu acontecimento numa conjuntura dada; assim, é nessas relações entre língua, sujeito/sentido e ideologia, discurso, formação discursiva/forma-sujeito e formação ideológica que analisou-se as práticas discursivas, objeto deste trabalho. Nota-se que os sujeitos são interpelados a se identificarem com o discurso do ex-presidente que se apoia numa ideologia cristã e parte de uma estratégia discursiva e política para manter uma base eleitoral importante para a própria manutenção do governo e para uma possível reeleição. Produz-se um contexto de “fabricação” de inimigos do governo e, portanto, inimigos dos cristãos, já que o governo se identifica como um “Governo CRISTÃO”.

Desse modo, as formações e posições ideológicas se articulam, enquanto linguagem – palavras, expressões, proposições – em formações discursivas, que serão produzidas e reproduzidas nessa interação sujeito, língua e história. Assim, “Não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico.” (Orlandi, 1998, p. 75). Nota-se que o discurso de Bolsonaro se constrói e tem sentido dentro dessa ideologia cristã, cujo objetivo é também eleitoreiro, evidenciando uma constante

tentativa de se aproximar do eleitor cristão e mantê-lo em sua base político-ideológica.

Bolsonaro, que ocupava o cargo mais alto na estrutura da República, conhecia o perfil da maioria de seus eleitores e com frequência dirigia seu discurso para agradar a esse público. Portanto, podemos dizer que:

Há, pois, antecipação das representações do receptor “sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (M. Pêcheux, 1969). Sobre esta estratégia, sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos tal como acabamos de enunciar. (Orlandi, 1998, p. 76-77)

Assim, mesmo produzindo um discurso contraditório, Bolsonaro o faz para ter a identificação desse sujeito com os enunciados produzidos.

Existe, também, uma relação de poder no discurso de Bolsonaro, tendo em vista que sua posição de Presidente da República, naquele momento, o colocava em evidência no jogo discursivo e o tornava capaz de realizar ações sobre a ação do outro. Conforme nos apresenta Foucault, em *O sujeito e o poder*:

O que caracteriza, por outro lado, o “poder” que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre “parceiros” (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras) (Foucault, 1995, p. 240).

Nota-se que essa é a estratégia de Bolsonaro: agir para “estruturar o eventual campo de ação do outro”, conforme apontado por Foucault, ou seja, fazer com que discursos contraditórios

possam ser tomados como verdade, aceitos e reproduzidos pelos eleitores a quem se dirige, colocando a laicidade do Estado como mais uma dentre os numerosos inimigos do governo, da família e dos cristãos. Por fim, não se pode esquecer que essa parcela de eleitores, de ideologia cristã, também influencia os discursos de Bolsonaro, uma vez que o desejo por um Estado cristão vem, também, dessa parte da população.

Pretendeu-se, portanto, demonstrar neste trabalho os caminhos para se compreender a estruturação da língua a partir da sintaxe; como os nexos linguísticos funcionam semanticamente; e, por fim, como os enunciados representam diferentes tomadas ideológicas de posição. Demonstra-se, assim, que a língua não é neutra, ela é a materialização, no discurso, de uma ação sobre ações, conforme nos aponta os estudos de Foucault.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de enunciados discursivos contra a laicidade do Estado é uma estratégia do discurso político, que age sobre as paixões que permeiam os discursos intolerantes e os discursos de ódio e que provocam o medo. Desse modo, o ódio e o medo do outro e das perdas que ele poderá ocasionar (destruição da pátria, da família, da cristandade etc.), segundo os simulacros construídos, servem como justificativa para as ações intolerantes e como estratégia de persuasão em muitos discursos políticos.

Outra estratégia utilizada para provocar o medo e possibilitar discursos contraditórios e intolerantes é a criação de inimigos, pelo ex-presidente Bolsonaro, e que são tomados como contrários ao governo, e, a partir de enunciados, muitas vezes mentirosos (como o exemplo acima citado sobre a existência de um kit gay nas escolas) associa-se esses inimigos a destruição da pátria, da família tradicional e dos valores cristãos.

Desse modo, proteger a laicidade do Estado significa que este deve se separar e se distinguir das religiões, oferecendo à sociedade a possibilidade de convivência com a diversidade de crenças e com a pluralidade humana. Portanto, é a laicidade do Estado que garante, a cada indivíduo, a possibilidade de liberdade na escolha em ter uma crença ou não, num esforço de construção da igualdade, em que todos estejam sob a proteção igualitária do Estado, ou seja, do governo.

O respeito às Instituições Públicas e à própria Constituição é a garantia de não repetirmos os graves absurdos do passado, tal como nos alerta Foucault acerca do fascismo e do estalinismo, consideradas ‘formas patológicas’ / ‘doenças do poder’ e que não são originais tendo em vista que “Elas utilizam e expandem mecanismos já presentes na maioria das sociedades. Mais do que isto: apesar de sua própria loucura interna utilizaram amplamente as idéias e os artifícios de nossa racionalidade política” (Foucault, 1995, p. 232 - 233).

Essa tentativa de dar sentido a discursos contraditórios, entendendo-os como produtos de uma verdade é um risco para a liberdade de crenças, tendo em vista que o Estado/governo deve respeitar todas as crenças, sem direcionar-se à apenas uma delas. Portanto, perceber o que está dito nos enunciados, analisando-se formações discursivas e ideológicas, posições-sujeito, estratégias discursivas, dentro de determinado contexto histórico, amplia a compreensão acerca do risco de se aceitar e/ou normalizar discursos que alimentam a intolerância e o ódio. Por fim, é papel constitucional do Estado/governo garantir a laicidade, defendendo, conseqüentemente, a pluralidade e a igualdade.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Charaudeau, P. (2017). *Discurso político*. Contexto.
- Curcino, L. (2021). Lives e livros: versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. In: C. Piovezani, L. Curcino, & V. Sargentini (Orgs), *Discurso e (Pós)verdade* (1a ed) (pp. 105-134). Parábola
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: H. L. Dreyfus, & P. Rabinow, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Forense Universitária
- Orlandi, E. L. P. (1998). Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, 1 (1), 73-81.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi (2a ed). Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M., & Fuchs, C. (1990). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: F. Gadet, & T. Hak, *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora da Unicamp.

ARTIGO RECEBIDO A
22/04/2023
ARTIGO APROVADO A
26/06/2023

